



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CONTRATO N° 43/2023

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **FLAUBIANO DE SOUZA VALADÃO - ME**, CNPJ: 20.837.501/0001-34, Localizada na localidade de Rincão dos Cravos 4º distrito, Canguçu - RS, CEP: 96.600-000, neste ato representado pelo Sr(a): Flaubiano de Souza Valadão, residente e domiciliado na localidade de Rincão dos Cravos, Canguçu – RS, portador do RG nº 1097405681 e CPF 969.720.170/68, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 O objeto do presente contrato visa contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar da rede municipal de ensino, para atender a rede municipal de ensino conforme consta no **Pregão Eletrônico nº 06/2023**, na seguinte escola:

ESCOLA MUNICIPAL JAIME DE FARIAS

VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS:

01 ÔNIBUS, placas LRA 0222, 27 passageiros – ano 2003, modelo 2003

01 ÔNIBUS, placas IKO 9357, 29 passageiros – ano 2001, modelo 2001

MOTORISTAS:

FLAUBIANO DE SOUZA VALADÃO

EDIMAR DUARTE DUARTE

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O preço do serviço contratado é de R\$ 9,28 (Nove Reais e Vinte e Oito Centavos) por quilômetro, num total de até 122 Km/dia para a Escola Municipal de Jaime de Farias.

2.2. O pagamento será realizado através da quilometragem efetiva apurada através do equipamento tacógrafo, apresentada pela empresa ao diretor (a) da escola, em planilha diária.

2.3. O pagamento será efetuado contra empenho, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, conforme serviço prestado durante o mês, mediante apresentação da Nota Fiscal acompanhada das devidas planilhas.

2.4. Todas as notas fiscais emitidas pela contratada deverão conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão a fim de se agilizarem os trâmites de liberação do documento fiscal para pagamento.

2.5. A contratada deverá apresentar, no vencimento de cada parcela, como condição para recebimento destas, todas as Certidões previamente solicitadas de acordo com o 10.1.2 Regularidade Fiscal e trabalhista do edital.

2.6. Nos pagamentos realizados após a data do vencimento, incidirão juros de 0,5 (meio por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice do IPCA do mês anterior, pró-rata die, desde que o atraso seja superior a 30 (trinta dias).

CLAUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1 A descrição completa referente a prestação dos serviços está descrita no edital e anexo V.

3.2 A previsão para a prestação dos serviços de transporte escolar ocorrerá de acordo com o calendário escolar 2023, com previsão de 10 meses letivos.



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

4.1 As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no edital, seus anexos e na legislação vigente.

4.2 O contrato terá vigência a partir do início do ano letivo presencial 2023 por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.

4.2.1 As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/93 e 10520/2002.

4.3 A contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Unidade contratante em até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

4.4 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à contratada direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 São obrigações do MUNICÍPIO

a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se o mesmo está seguindo todas as exigências contidas no edital e seus anexos;

b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal e demais documentos solicitados pela Municipalidade, devidamente atestadas pelo setor competente.

5.2 São obrigações da CONTRATADA

São obrigações da contratada:

I - Executar o objeto contratado na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da Contratante;

II - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato;

III - Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar;

IV - Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta Licitação;

V - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

VI - Cumprir os horários determinados pelas Escolas e fixados pelo Município;

VII - Iniciar os serviços na data apazada;

VIII - Possuir, obrigatoriamente, seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros e seguro dos veículos contra terceiros;

IX - Cumprir as Portarias e Resoluções do Município;

X - Possuir registro como veículo de passageiros;

XI - Submeter os veículos a inspeções técnicas determinadas pelo Município e de acordo com as Ordens de Serviço n. 002/97 e n. 018/97 do DAER, com o devido acompanhamento do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, ou seja, os veículos de até 10 (dez) anos, inclusive, serão vistoriados a cada 90 (noventa) dias, os veículos de 15 (quinze) anos, inclusive, a cada 60 (sessenta) dias e os veículos de 20 (vinte), inclusive, anos a cada 30 (trinta) dias;

XII - Manter no veículo pintura de faixa horizontal na cor amarela, com 40 cm (quarenta centímetros) de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, em letras maiúsculas, na tipologia Arial, com altura da letra de 28 cm (vinte e oito centímetros). No caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas deverão ser invertidas;

XIII - O veículo deve possuir, em funcionamento, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (Tacógrafo);

XIV - O veículo deverá possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

XV - O veículo deverá possuir cintos de segurança em número igual à lotação;

XVI - Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;

XVII - Afixar a autorização para conduzir escolares na parte interna do veículo em local visível, com inscrição da lotação permitida;



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

XVIII - Não conduzir escolares em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;
XIX - Cumprir todas as exigências contidas no Código de Trânsito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelas pelo CONTRAN;

XX – A empresa deverá substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço. Devendo o fato ser imediatamente comunicado ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;

XXI – A empresa terá 48 horas para fazer o conserto do veículo, e dependendo do problema apresentado, a mesma fará um laudo técnico relatando o problema que deverá ser protocolado e analisado pelo ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes e o prazo poderá ser estendido, caso contrário, sofrerá as sanções cabíveis;

XXII – Caberá à empresa direcionar ao responsável pela linha, que apresente diariamente por turno, lista dos alunos transportados, a qual ficará uma cópia na Secretaria da Escola e será assinada;

XXIII – Em caso de substituição do motorista apresentado no processo licitatório, antes de sua atuação no transporte, terá que ser aprovada a substituição pelo Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura;

XXIV - Cumprir todas as exigências contidas no Regulamento do Transporte Escolar do município de Canguçu.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA ficará a cargo do Município, por meio das Fiscais do Transporte Escolar do Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura e demais secretarias, bem como pelas equipes diretivas das escolas, Conselho Municipal de Educação e ainda pelo Conselho de Pais e Mestres.

NOME DO FUNCIONÁRIO: DAIANE ROSA DE MELO MATRÍCULA: 89630

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 O presente contrato será rescindido por acordo entre as partes ou, independentemente de interpelação ou procedimento judicial:

I - no caso de inexecução total ou parcial, bem como pelos motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93, alterada, pela Lei 8.883/94;

II - no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

III - quando ficar evidenciada a incapacidade da Contratada para dar execução ao contrato ou para nele prosseguir;

IV - se a Contratada transferir o presente contrato, ou a sua execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da Contratante;

V – em caso de falência ou concordata, liquidação ou dissolução da Contratada, ou, ainda, na hipótese de alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato.

VI – Em caso de 03 (três) notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.

VII – Quando da realização de fiscalização por parte do setor de Transporte Escolar se o fiscal atender a ocorrência de alguma situação que represente risco aos alunos, poderá ser determinada a interrupção do serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;



- d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- i) Se houver três notificações graves para a empresa contratada, está poderá ter seu contrato rescindido, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar. Serão consideradas notificações graves:
- I. Condutor do veículo sem CNH e sem curso do transporte escolar;
 - II. Veículo sem condições de trafegabilidade (pneus com desgaste inferior a 1,6mm, previsto na resolução 558/80 do CONTRAN; sem retrovisores; sem cinto de segurança para todos os ocupantes do veículo; sem laudo de inspeção técnica; problemas mecânicos);
 - III. Não possuir seguro de acidentes pessoais para todos os passageiros e seguro dos veículos contra terceiros;
 - IV. Utilizar Motorista não cadastrado no Núcleo do Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, ou com licença vencida;
 - V. Transportar produtos inflamáveis dentro dos veículos;
 - VI. Utilizar veículo sem o Tacógrafo - equipamento complementar utilizado para apurar a quilometragem diária;
 - VII. Descumprir as Portarias, Resoluções e o Regulamento do Transporte do Escolar do município;
 - VIII. Desacatar funcionário público - (Art. 331 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40);
 - IX. Não possuir registro como veículo de passageiros;
 - X. Não submeter os veículos a inspeções técnicas determinadas pelo Município e de acordo com as Ordens de Serviço n. 002/97 e n. 018/97 do DAER;
 - XI. Não afixar a autorização para conduzir escolares na parte interna do veículo em local visível, com inscrição da lotação permitida;
 - XII. Conduzir escolares em número superior à capacidade do veículo estabelecida pelo fabricante;
 - XIII. Deixar de substituir imediatamente o veículo por outro em condições próprias e regulamentadas através do CONTRAN, em casos de defeitos, avarias ou manutenção, incluindo os veículos em trânsito, de forma a não interromper em nenhuma hipótese a prestação do serviço. Devendo o fato ser imediatamente comunicado ao Núcleo de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
 - XIV. Deixar de cumprir todas as exigências contidas no Código de Transito Brasileiro bem como em regulamentações expedidas pelas pelo CONTRAN;
 - XV. Se houver reincidências de notificações médias (advertência) para a empresa contratada, dentro do prazo de 10 dias consecutivos, esta será considerada como uma “**notificação grave**” e, no entanto, a empresa poderá ter seu contrato rescindido, sendo realizado novo processo licitatório, do qual a empresa punida não poderá participar. Serão consideradas notificações médias:
 - XVI. Extintor de incêndio violado ou vencido;
 - XVII. Para brisa ou vidros trincados;
 - XVIII. Objetos soltos dentro do veículo (materiais de limpeza, etc.);
 - XIX. Com o dístico ESCOLAR, fora do padrão;
 - XX. O não cumprimento dos horários determinados pela escola - atraso superior a 10 minutos;
 - XXI. Se o veículo não possuir lanternas de luz branca, fosca ou amarela, dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;
 - XXII. Não manter os veículos limpos;
 - XXIII. Cintos de segurança inoperantes (presos ou com defeito);
 - XXIV. Assentos soltos e sem condições de uso;
 - XXV. Problemas elétricos (sinalização);
 - XXVI. Tacógrafo não aferido;
 - XXVII. Sem estepe;
 - XXVIII. Sem borracha de pedal.



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

8.2 Em caso de 3 notificações, reincidentes, independente do tipo de infração, sem que a empresa solucione a questão e nem apresente justificativa com prazo de solução, será aplicada, de forma automática, a penalidade de desconto de 3% do valor no pagamento mensal.

8.3 Quando da realização de fiscalização por parte do setor de transporte escolar se o fiscal atender a ocorrência de alguma situação que represente risco aos alunos poderá ser determinada a interrupção do serviço.

8.4 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

8.5 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas provenientes deste Edital correrão por conta das dotações orçamentárias a seguir:

9.1.1 Recursos oriundos MDE, FUNDEB e PNATE

Orgão	Ficha	Projeto atividade	Elemento despesa
Secretaria Municipal de Educação Esportes e Cultura	3067	2404	3.3.90.39.32.00.00.00
	3201	2406	3.3.90.39.32.00.00.00
	3203	2406	3.3.90.39.32.00.00.00
	3202	2404	3.3.90.39.32.00.00.00
	3199	2404	3.3.90.39.32.00.00.00
	3197	2404	3.3.90.39.32.00.00.00
	3198	2404	3.3.90.39.32.00.00.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico nº 06/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1 O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei 8.666/1993 e suas alterações e Lei 10520/2002, Lei 10024/2019 e pelas normas do direito administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu/RS, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

CANGUÇU/RS 01 de Março de 2023.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

FLAUBIANO DE SOUZA VALADÃO - ME
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BE60-A1FE-4330-EB23

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FLAUBIANO DE SOUZA VALADÃO (CNPJ 20.837.501/0001-34) em 01/03/2023 11:20:46 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/BE60-A1FE-4330-EB23>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 869B-48C2-2DF2-7EFA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 01/03/2023 17:32:06 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 02/03/2023 08:30:44
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/869B-48C2-2DF2-7EFA>